

A ecologia na ação evangelizadora da Igreja no Brasil

JOSÉ ADALBERTO VANZELLA*

Um dos problemas que mais afligem a humanidade nos nossos dias diz respeito à questão ecológica e, é claro, a Igreja não poderia ficar alheia a esta questão, principalmente na sua ação evangelizadora e pastoral¹.

* Mestre em teologia pastoral pela Pontifícia Faculdade de Teologia Na. Sra. da Assunção (UNIFAI). Atualmente doutorando em teologia pela PUC-Rio de Janeiro. Assessor de diversas dioceses e organismos eclesiais. Professor de teologia pastoral na Faculdade Dehoniana. Presbítero da diocese de Taubaté, SP.

1. Ao citar parágrafos e/ou páginas dos textos oficiais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (publicados por Edições Paulinas na série Documentos da CNBB), usamos a sigla CNBB Doc. com o número do respectivo documento.

1. A CNBB e a questão ecológica

Como começou a abordagem da questão:

A primeira vez que a Igreja no Brasil manifestou a sua preocupação sobre as questões de meio ambiente foi durante a preparação para a Conferência de Puebla, quando exortou a que “atenda-se ao problema ecológico em suas incidências pastorais”².

Mas o grande passo que a Igreja deu nesta questão foi a realização da Campanha da Fraternidade de 1979, que teve como tema: “Por um mundo mais humano” e como lema: “Preserve o que é de todos”. O texto-base da CF 79 afirma que “Contribuir para a construção de um mundo mais humano assume pois, hoje, um valor pastoral, um sentido evangelizador. A Ecologia é um problema profundamente fraterno. Trata-se do bem estar e da sobrevivência da humanidade e, portanto, dos irmãos. A natureza criada por Deus é destinada a todos os homens. Destruí-la ou prejudicá-la é, portanto, um ato nocivo ao próximo”³. Esta Campanha foi inicialmente muito criticada. No entanto, resultou na discussão e a socialização da questão ecológica no Brasil: antes de 1979, a ecologia era uma questão elitizada; depois da realização da Campanha emergem pontos de vista diferentes no que diz respeito a esta questão, mas ninguém coloca em dúvida a sua importância.

Principais pronunciamentos:

Nos dias 27 3 28 de dezembro de 1983, aconteceu na cidade de Foz do Iguaçu, PR, o segundo encontro das Presidências das Conferências Episcopais do Paraguai e do Brasil. Um dos assuntos discutidos foi a questão das consequências da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Analisando o impacto ecológico das grandes usinas e o caos social causado pelo

2. *Subsídio para Puebla* n. 106: CNBB Doc. 13, p. 29.

3. CNBB. *Preserve o que é de todos: Campanha da Fraternidade 1979*. Brasília: CNBB, p. 10.

desemprego que gerou após a conclusão das suas obras, os Bispos presentes afirmaram: “Com dor, reiteramos nosso protesto pela devastação ecológica e pela ineficácia das medidas adotadas para o problema do desemprego”⁴.

A questão da poluição dos rios aparece pela primeira vez num pronunciamento oficial dos Bispos do Brasil, por ocasião do Conselho Permanente que aconteceu no mês de agosto de 1984. Nesta reunião — que contou com a presença da Presidência da CNBB, dos Bispos do Conselho Episcopal de Pastoral, dos Presidentes dos Regionais da CNBB e dos assessores — o tema central foi a situação do Nordeste. No pronunciamento conclusivo, os Bispos denunciam o descuido com os bens naturais:

*Muitas indústrias, principalmente as de papel e as destilarias de álcool e usinas de açúcar, lançam impunemente os detritos nos rios, lagos e mares, matando a fauna e a flora, jogando no desemprego e na miséria dezenas de milhares de pescadores e marisqueiras, e criando graves conseqüências para a saúde de toda a população. No Rio São Francisco, na altura de Juazeiro, em início de 1984, aconteceu um sério desastre ecológico, contaminando a água e matando mais de 500 toneladas de peixe. Com a agravante de ter ocorrido num contexto no qual o rio representava uma das poucas opções para se conseguir água e alimentação para a população ribeirinha flagelada pela seca!*⁵

Como podemos perceber, os Bispos denunciam não só a poluição dos rios em si, mas também suas graves conseqüências como a falta de abastecimento de água da população e os decorrentes problemas de saúde.

Em outra ocasião, o Conselho Permanente também fez um pronunciamento que envolveu a questão do meio ambiente. Mas, desta vez, de uma forma positiva. Foi quando aconteceu a promulgação da *Constituição do Brasil*. Os Bispos da Presidência, do Conselho Episcopal de Pastoral e os Presidentes dos Regionais afirmaram — ao comentar

4. 2º Encontro das Presidências das Conferências Episcopais do Paraguai e Brasil n. 9: CNBB Doc. 32, p. 45.

5. Nordeste, desafio à missão da Igreja no Brasil n. 38: CNBB Doc. 31, p. 18-19.

a nova Constituição — que “é necessário, ainda, elencar entre os valores positivos do texto constitucional a afirmação dos direitos fundamentais da pessoa humana com forte repúdio à tortura e ao racismo e com exclusão da pena de morte. Igualmente positiva é a legislação referente aos índios, aos direitos dos trabalhadores, às normas de proteção ecológica”⁶. Os Bispos expressavam, assim, sua satisfação ao ver os avanços conquistados pela sociedade brasileira no que diz respeito à ecologia — avanços em grande parte garantidos na forma do Direito pela nova *carta magna* da nação. Os avanços nas questões relacionadas à ecologia também são comemorados em outro documento da CNBB, intitulado *Exigências éticas de uma ordem democrática*. Publicado no final da Assembléia Geral de 1989, neste documento os Bispos afirmam que “houve também progresso quanto às normas referentes aos índios, aos direitos dos trabalhadores, à proteção ecológica e à reforma urbana”⁷. No dia 24 de agosto de 1992, novamente o Conselho Permanente fez um pronunciamento sobre a questão ecológica, desta vez abordando a formação para a consciência ecológica no âmbito da educação: “Para que seja evangélico-libertadora, a pastoral educacional deve se expressar e encarnar num conjunto de processos, lembrados pelos educadores latino-americanos em reunião preparatória para Santo Domingo (Bogotá 1 a 5-08-92): conversão e educação a partir dos mais pobres; valorização da cultura; formação de valores; libertação; personalização e humanização; formação para a cidadania e política; educação para o trabalho; formação da consciência ecológica; formação da religiosidade e vivência da fé”⁸.

A Presidência da CNBB também fez dois pronunciamentos importantes no que diz respeito à questão ecológica:

O primeiro foi no dia 23 de novembro de 1990, em Brasília, quando fala do crescimento da consciência do valor do meio ambiente no povo brasileiro como consequência do movimento ecológico. Esta consciência traz dois resultados: 1) promove uma nova concepção de desenvolvimento econômico; 2) propõe que sociedade e governo assu-

6. *Texto constitucional: valores e expectativas* n. 7: CNBB Doc. 51, p. 13.

7. *Exigências éticas da ordem democrática* n. 16: CNBB Doc. 42, p. 9.

8. *Conselho permanente de 24 de agosto de 1992* n. 101 (cf. Atas do Conselho).

A ecologia na ação evangelizadora da Igreja no Brasil

mam sua responsabilidade sobre a Amazônia. Assim disseram os Bispos da Presidência:

O movimento ecológico vai introduzindo, em nosso meio, a consciência do valor da natureza e a necessidade de combater as formas predatórias de sua exploração. Os primeiros esforços para a recuperação da Mata Atlântica, a despoluição de cidades e rios, a supressão das queimadas, a preservação dos recursos e reservas naturais apontam para uma nova concepção de desenvolvimento econômico. Sem abdicar da Amazônia, como patrimônio nacional, o Brasil vai se abrindo à responsabilidade do que ela representa para a população mundial.⁹

O segundo pronunciamento foi um comentário sobre a ECO 92. Palavras densas e incisivas:

Nestes dias, a atenção do mundo está voltada para o Brasil, acompanhando a Conferência das Nações Unidas sobre Ecologia e Desenvolvimento, que se realiza no Rio de Janeiro. É promissor o crescimento da consciência mundial frente às questões ecológicas.

A ecologia é, antes de tudo, preservação da natureza, para que a vida, em todos os níveis, continue sua sinfonia maravilhosa sobre a terra. Toda utilização da natureza, todo o progresso ou desenvolvimento econômico feito às custas da sua destruição está marcado pela loucura que gera a morte. O desperdício egoísta de uma riqueza destinada a todos no presente e às gerações futuras, é pecado contra o Criador e contra a humanidade. A vida de cada pessoa e a de todos os povos da terra deve ser sempre mais o centro das preocupações ecológicas. A verdadeira atitude ecológica é preservar a casa de todos. Ela não pode conviver com a degradação física e moral do ser humano. Dessa forma, limitada é a ecologia que se preocupa com os animais em extinção, enquanto promove ou aprova a esterilização das pessoas, o estancamento da fonte de transmissão da vida, a morte dos que estão para nascer. Equivocada é a ecologia que preserva as florestas, mas permite crianças morrendo de fome e adolescentes abandonados pelas ruas. Tampouco é ecologia, defender o planeta da poluição e manchar a dignidade da

9. *Sim à vida, não à morte*: CNBB Doc. 51, p. 74.

pessoa ou destruí-la pela poluição da miséria, das drogas e da guerra. Nem manifestam verdadeira consciência ecológica e coerência política os países ricos, quando destroem a natureza dos países pobres para sustentar suas riquezas.

A responsabilidade ecológica tem, sempre, uma dimensão humana, porque preserva a criação e procura desenvolvê-la, para que mulher e homem prossigam realizando sua vocação mais profunda de imagem e semelhança do Deus da Vida, o Próprio Criador colocou sua maior glória na pessoa humana cheia de vida e dignidade.

Esperamos que esta Conferência, conhecida como “Cúpula da Terra” ou “ECO 92”, leve a sérios compromissos que garantam o respeito à vida do planeta e da pessoa humana.

Todos somos convocados a um grande incansável esforço ecológico que preserve sempre mais a natureza e, sobretudo, a vida humana como o seu máximo valor.¹⁰

A Presidência vê com bons olhos a realização da ECO 92. Louva o crescimento da consciência ecológica. Aprecia positivamente a valorização e a preservação da vida. Por outro lado, condena os maléficos efeitos do crescimento econômico desordenado e alerta sobre os falsos valores de uma ecologia que preserva animais e destrói a vida humana; ou que prioriza a necessidade da preservação do planeta, mas não valoriza devidamente as pessoas humanas. Na época, os bispos colocaram no centro da preocupação ecológica o *ser humano*: este deve ser o seu maior compromisso.

A ecologia nos documentos da CNBB:

Os documentos da CNBB também abordam a questão ecológica em diversas ocasiões. O primeiro a tratar do problema foi o documento conclusivo da 30ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil (1992), tendo como tema central *a educação, a Igreja e a sociedade*. Nele os Bispos afirmam que “a sociedade e o mundo, a cultura e o ambiente

10. *Ouvir o eco da vida*: CNBB Doc. 51, p. 90-91.

ecológico em que vive não lhe são fatalmente impostos, como aos outros seres. Ao contrário, até certo ponto, são fruto de sua própria atividade, do sentido que atribui à vida e dos objetivos concretos que lhe dá como seu fim¹¹. O texto acentua a nossa responsabilidade (como pessoas e cidadãos) diante das questões ambientais.

Na fase preparatória para a Conferência de Santo Domingo, os Bispos escreveram que “necessita-se enfatizar o ser humano como centro da criação e os valores da *vida* e da *solidariedade* como eixos centrais da questão ecológica; e desenvolver a noção de *ecologia humana* da encíclica *Centesimus annus*, para ressaltar a necessidade de todas as nações assumirem solidariamente a situação de miséria existente nos países subdesenvolvidos, e mostrar que as atuais preocupações ecológicas não podem servir de pretexto para a manutenção dos privilégios dos países ricos¹².”

Tratando da questão da ética, durante a Assembléia Geral de 1993, os bispos condenam o crescimento das armas capazes de destruir o planeta, ao mesmo tempo em que nos mostram que “mais recentemente, cresce a consciência das ameaças ao equilíbrio ecológico, pela crescente poluição de ar, água e terra, pela destruição da camada de ozônio, pelo efeito estufa¹³”. Além disso, os atuais vínculos de solidariedade ajudam nosso discernimento ético: hoje podemos ver claramente as conseqüências ecológicas e sociais dos nossos atos, promovendo a busca do verdadeiro progresso humano¹⁴ e nos empenhando pela defesa da vida¹⁵.

A ecologia nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora:

A partir da década de 90, a questão ecológica passa a ser abordada pelas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora. As Diretrizes para

11. *Educação, Igreja e sociedade* n. 64: CNBB Doc. 47, p. 38.

12. *Diretrizes a Santo Domingo* n.140: CNBB Doc. 48, p. 50.

13. *Ética, pessoa e sociedade* n. 59: CNBB Doc. 50, p. 26.

14. Cf. *Ibidem*, n. 106, p. 48.

15. Cf. *Ibidem*, Anexo 1: “Crise e redescoberta da Ética”, p. 81-85.

o período 91-94 se destacam em três pontos: 1) enfatizam o aspecto antropológico da questão ambiental¹⁶, 2) apontam para certos limites da modernidade, como o predomínio da razão instrumental e a exploração indiscriminada da natureza, 3) visualizam, no campo da ecologia, novas oportunidades/responsabilidades para a evangelização¹⁷.

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora para o quadriênio 95-98 também privilegiam a questão da ecologia. Com uma abordagem história do assunto, mostrando os avanços e conquistas do movimento ecológico¹⁸. As Diretrizes para o quadriênio 1999-2002, por sua vez, fazem uma dura crítica ao modelo de crescimento e desenvolvimento vigente, principalmente no que diz respeito ao processo de escassez dos recursos naturais¹⁹. Mais recentemente, as Diretrizes Gerais para o período 2003-2006 enfatizam os movimentos sociais que se articulam em favor de causas mais amplas, entre elas as relacionadas com o meio ambiente²⁰.

A ecologia nos Planos Bienais:

Dentre os planos elaborados, três fazem referência à ecologia. O 11º Plano bienal dos organismos nacionais 1991-1992 pede “maior atenção ao meio ambiente” e “à preservação da vida dos povos da terra”; inclui a ecologia como tema importante na formação de agentes pastorais²¹. O 12º Plano de pastoral dos organismos nacionais 1993-1994 reedita os compromissos do anterior, situando a questão ecológica no

16. Cf. *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1991-1994* n. 34: CNBB Doc. 45, p. 31.

17. Cf. *Ibidem*, n. 112, p. 58-59.

18. Cf. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 1995-1998* n. 142: CNBB Doc. 54, p. 82.

19. Cf. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 1999-2002* n. 139: CNBB Doc. 61, p. 91.

20. Cf. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2003-2006* n. 53: CNBB Doc. 71, p. 38.

21. Cf. *11º Plano bienal dos organismos nacionais 1991-1992*: CNBB Doc. 46, p. 176 e 197.

Setor Pastoral Social²². Por sua vez, o *15º Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional* reafirma o critério antropológico publicado antes: “a vida de cada pessoa e a de todos os povos da terra deve ser sempre mais o centro das preocupações ecológicas”²³. Sem descuidar o cuidado ecológico de preservar a “casa de todos” (*oikos*), o texto recorda que é necessário preservar, igualmente, a vida de quantos habitam esta casa comum: o movimento ecológico não pode conviver com a degradação física e moral do ser humano. Um programa ecológico preocupado com as espécies em extinção — mas que aprova ou permite a esterilização das pessoas e se mostra inativo diante de milhares de crianças vítimas da fome — é limitado e inaceitável. “Tampouco é ecologia defender o planeta da poluição e manchar a dignidade da pessoa ou destruí-la pela poluição da miséria, das drogas e da guerra. Nem manifestam verdadeira consciência ecológica e coerência política os países ricos, quando destroem a natureza dos países pobres para sustentar suas riquezas”²⁴. Além de fundamentar o que acredita ser uma sadia postura ecológica, o texto faz uma referência à exortação pontifícia *Ecclesia in América* e insiste na preservação da Amazônia e da Mata Atlântica²⁵.

2. Uma experiência pastoral

Já existem muitas iniciativas pastorais no campo da ecologia. Dentre estas, merece atenção a *Pastoral Ecológica* da Diocese de Cachoeiro do Itapemirim, ES²⁶.

22. Cf. *12º Plano de pastoral dos organismos nacionais 1993-1994*: CNBB Doc. 49, p. 228-229.

23. *15º Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional 2000-2001* n. 6.4: CNBB Doc. 63, p. 24.

24. Idem, *ibidem*.

25. Idem, *ibidem*.

26. Para o conteúdo que segue, remetemos ao caderno *Pastoral Ecológica*, publicado pela Diocese de Cachoeiro do Itapemirim, ES.

Histórico:

A Pastoral Ecológica surgiu em junho de 2001, por iniciativa do então bispo diocesano Dom Luiz Mancilla Vilela (hoje arcebispo de Vitória), como necessidade de uma resposta da Igreja ao problema da estiagem que castigava o Estado. O monsenhor Antônio Rômulo Zagotto assumiu a formação da Pastoral, que reuniu pessoas interessadas, inclusive com formação específica no assunto. Sua primeira iniciativa foi uma proposta de reflorestamento da região, com a distribuição de cinco mil mudas, para minimizar os efeitos da devastação: um projeto que ficou conhecido como *Vida Gerando Vidas*. Aos poucos, outros projetos foram sendo desenvolvidos, como a reciclagem de lixo, que iniciava com a coleta de papel e passava, mais tarde, para outros materiais orgânicos.

Em outubro de 2001 foi realizada uma parceria com a Associação dos Amigos da Bacia do Rio Itapemirim, que passou a dar assistência técnica aos projetos da Pastoral Ecológica, o que permitiu uma maior abrangência do projeto *Vida Gerando Vidas*, que foi inserido no programa *Mata Atlântica Viva* — do Ministério do Meio Ambiente.

As paróquias passaram a receber materiais e subsídios. Algumas já estão na fase de implantação da Pastoral Ecológica, com cursos de sensibilização sócio-ambiental.

Objetivos iniciais:

Os objetivos iniciais da Pastoral Ecológica foram:

- criação de pastorais ecológicas paroquiais
- promoção do reflorestamento de áreas desmatadas e nascentes
- formação de agentes ambientais
- implantação de um viveiro de mudas nativas e frutíferas
- reciclagem de lixo

Para isso, foi estimulada a formação de uma unidade demonstrativa da Pastoral Ecológica; efetuou-se a capacitação dos agentes e se elaborou um curso de sensibilização sócio-ambiental. Criou-se tam-

bém um departamento de *marketing* para viabilizar parcerias na divulgação/realização dos objetivos e a implantação do projeto *Vida Gerando Vidas*. Na Diocese, a dimensão sócio-transformadora ativou as pastorais sociais e estabeleceu parcerias com entidades do governo e da sociedade civil, agilizando os trabalhos.

Principais projetos:

a) Vida Gerando Vidas:

Este projeto tem como objetivo promover a recuperação de áreas degradadas, a conservação ambiental, a proteção da biodiversidade, o seqüestro do carbono e o desenvolvimento sustentável, viabilizando alternativas de geração de renda para as populações vizinhas ao projeto.

Para atingir este objetivo, formou-se a coordenação sistêmica do projeto, foi lançado um Concurso para a escolha do hino da Pastoral Ecológica, foram produzidas 715 mil mudas nativas, foi feito o cadastramento de propriedades rurais, a implantação de 143 unidades demonstrativas, assistência técnica, distribuição de mudas, mutirões verdes para o plantio das mudas, cursos de treinamento e sensibilização e construção de viveiros de mudas, entre outras iniciativas.

b) Lixo Gerando Vidas:

Este projeto tem como objetivo promover um meio ambiente equilibrado e saudável, transformar o lixo em moeda social e em vidas, conscientização da responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável da região por meio de mudanças de comportamento quanto ao uso de recursos naturais. Desenvolver um sistema solidário com trabalho e remuneração justa.

Para atingir este objetivo buscou-se a construção de uma usina de reciclagem de lixo, a constituição da Cooperativa dos Coletores e Recicladores, a instalação de um Galpão para coleta seletiva de lixo, a comercialização dos materiais recicláveis para geração de renda, realização do curso de sensibilização ambiental nos bairros, divulgação nos meios de

comunicação social, a qualificação e alfabetização dos trabalhadores associados envolvidos e um programa educacional nas escolas.

c) Vidinhas Gerando Vidas:

Este projeto tem como objetivo valorizar a criança e integrá-la na comunidade como indivíduo ativo no processo de mudanças sócio-ambientais, estimulando a coleta seletiva, desenvolvendo a solidariedade e a preservação do meio ambiente, viabilizando o comprometimento de uma mudança de hábitos.

Para viabilizar este projeto, as principais iniciativas foram palestras nas escolas, fornecimento de material didático, formação para coleta seletiva de lixo por meio de recipientes próprios, reuniões com equipes escolares, trabalhos com professores, visitas às escolas e gincanas.

Conclusão

Quando nos colocamos o problema ecológico, emergem duas questões importantes e afirma-se, enfim, o valor transcendente da vida:

- a) A primeira questão se refere aos bens naturais e ao desenvolvimento sustentável, de modo a garantir os recursos necessários para as gerações presentes e futuras. Se, por um lado, esse aspecto é importante e necessário, por outro ele pode significar um reducionismo: pois a natureza arrisca ser limitada a uma reserva de recursos naturais — o que a vincula ao aspecto econômico e ao mercado. Contudo a natureza é muito mais que isso! Devemos ver a natureza como um conjunto de valores que vai além do econômico: a natureza compreende o cultural, o social, o estético, o paisagístico, o simbólico, o turístico, o biológico. Precisamos desenvolver uma educação ambiental mais ampla, que compreenda a natureza não só como recurso ou reserva, mas como um *patrimônio universal*. A natureza encerra um conjunto de valores que deve ser visto no seu todo e não reduzido a um de seus aspectos. E neste conjunto insere-se também a pessoa humana.

- b) Ligada à anterior, temos uma segunda questão: sendo a natureza um *patrimônio*, é patrimônio de quem? Esta resposta não é simples. Em primeiro lugar, devemos levar em conta as regras do jogo que definem a questão patrimonial. Atualmente, a definição é feita a partir do aspecto econômico: quem compra é dono e usufrui segundo seus interesses. Se adotarmos este critério, caímos no problema anterior, de modo que o econômico é insuficiente para legitimar a posse da natureza. Precisamos necessariamente de outros critérios que se somem ao econômico e esses critérios devem coadunar-se com os valores que compõem o patrimônio natural e que só podem ser sintetizados na *humanidade como um todo* — já que a natureza é um patrimônio universal comum e deve favorecer a humanidade como um todo, sem limitar-se a grupos específicos, favorecidos por suas condições. Satisfazer a humanidade como um todo significa privilegiar o ser humano em todas as suas dimensões e não apenas algumas delas como o econômico ou o biológico. Significa, além disso, atender às necessidades vitais e simbólicas das populações carentes, geralmente à margem de muitos programas de produção e distribuição de bens. Com isso, vemos o critério antropológico como fator determinante de todas as relações com o meio ambiente.
- c) Dentre as dimensões existenciais do ser humano, encontramos a espiritual, que não pode ser negligenciada. Em relação a essa dimensão, a natureza deve ser um elemento que revela a transcendência humana ao mesmo tempo em que gera comunhão entre as criaturas, destas com o Criador e entre as próprias pessoas. A comunhão entre as pessoas só é possível quando se assume a questão ética e a necessidade da construção do bem de todos, a partir da natureza. A comunhão com o Criador nos revela como *criaturas* (limitadas e dependentes), mas constituídas segundo sua imagem e semelhança (livres e co-responsáveis). Quando Deus cria todas as coisas, ele diz *faça-se*. Usa uma forma “imperativa” e as coisas se fazem. Quando Deus cria a pessoa humana, ele diz *façamos*. Usa

forma “pro-ativa” e comunal. Ele a molda com suas próprias digitais. Ele a faz com habilidade de oleiro. E ao fazê-la à sua imagem e semelhança, a cria *capaz de Deus* e, ao mesmo tempo, *criativa*: o Criador lhe concede a capacidade de cultivar, de aperfeiçoar a sua própria obra, que deve ser “dominada” pela pessoa em vista do bem de todos. Donde o sentido original de “dominar”: exercer senhorio ao modo de Deus (*dominus*), que é doador e mantenedor da vida para todas as suas criaturas. Não exploração ou manuseio objetal, mas cultivo e cuidado pela vida.

A partir desses critérios é que devemos pensar a Pastoral Ecológica. Esta tem como ponto de partida a realidade e os desafios que dela provêm. Por outra parte, enquanto *pastoral*, consolida aquela “identidade de ação” própria do Cristo Pastor, através do seu Corpo Místico que é a Igreja. Assim, toda Pastoral Ecológica deve tratar as questões do meio ambiente a partir da sua competência ética, para que de fato a natureza seja um patrimônio comum da humanidade — que se oferece em vista do bem de todos e não de alguns — um *bem* entendido integralmente, sem reduzir-se a alguns aspectos. Enfim, outro ponto importante na ação da Pastoral Ecológica é relacionar-se com a natureza como meio de *comunhão* das pessoas entre si e das pessoas com o próprio Deus, cultivando a dimensão mística da Criação e legitimando a sua verdadeira finalidade.